



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

JUNHO/2024

Carta de Responsabilidade da Administração

Timóteo, MG, 27 de agosto de 2024

Assunto: Carta de representação da administração da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM, referente às demonstrações contábeis levantadas em 30 de junho de 2024.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM, relativa ao exercício findo em 30/06/2024, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	Valores correspondentes	
	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo	13.870.232,96	13.552.675,56
Passivo	956.326,57	1.489.498,06
Patrimônio Líquido	12.913.906,39	12.063.177,50
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	13.870.232,96	13.552.675,56
Sobras ou Perdas do exercício	634.907,46	935.165,03

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, datada de 27 de agosto de 2024, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas.

Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

- 01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.
- 02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações contábeis de acordo com a legislação vigente.
- 03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- 04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.
- 05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.
- 06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

- 07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na ata de reunião da Diretoria ou do Conselho de Administração, datada de 29 de Dezembro de 2023 não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme resolução CMN nº 3.566, de 29/05/2008.
- 08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações contábeis os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.
- 09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.
- 11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.
- 12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.
- 13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24.
- 14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.424/15.
- 15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.
- 16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.
- 17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.
- 18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

Nome/Escritório	Endereço	OAB
ANDRADE SILVA ADVOGADOS	Rua Aimorés, 2.540, Lourdes, Belo Horizonte MG CEP 30140-072.	OAB/MG nº. 52.334

- 19- Relacionamos a seguir as instituições financeiras com os quais a cooperativa mantém relacionamento:

Nome do banco	Agencia	Conta corrente
Caixa Econômica Federal	1462	344-1
Caixa Econômica Federal	1462	2307-8

- 20- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhe são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, e que listamos a seguir:

Nome	Código	Relação
Jose de Araújo Ferreira	1-00859-1	Diretor Presidente
Marli das Graças Pessoa Ferreira	1-15040-1	Esposa Presidente
Carlos Eduardo Lisboa e Almeida	1-10410-8	Diretor Administrativo
Magda Drummond Nunes Castro	1-02187-3	Diretora Financeira
José Oleni Gonçalves	1-03417-0	Conselheiro de Administração
Raimundo Martins dos Santos	1-03536-0	Conselheiro de Administração

- 21- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.
- 22- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações contábeis e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.
- 23- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações contábeis
- 24- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.
- 25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.
- 26- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à integridade das informações contidas nos descritivos das atividades de controles internos, visando o atendimento à Circular nº 3.467/09 do Banco Central do Brasil e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10, item 35.
- 27- Reafirmamos que continuamos apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações contábeis.
- 28- Nós lhes fornecemos:
- acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.

- Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.
- Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações contábeis, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM

Jose de Araújo Ferreira
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida
Diretor Administrativo

Magda Drumonnd Nunes Castro
Diretora Financeira

Valdenice da Consolação Souza
Contadora
CRC MG-79.571-O-7

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		13.870.232,96	13.552.675,56
Caixa e Equivalentes De Caixa	4	3.381.499,31	4.499.996,67
Disponibilidades		3.381.499,31	4.499.996,67
Operações de Crédito	6	10.439.277,71	9.011.278,26
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		10.632.868,36	9.187.051,51
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(193.590,65)	(175.773,25)
Outros Créditos	7	43.498,30	41.400,63
Diversos		470.840,99	470.540,99
Devedores por Depósitos em Garantia		42.698,30	40.900,63
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(470.040,99)	(470.040,99)
Outros Valores e Bens	8	5.957,64	-
Despesas Antecipadas		5.957,64	-
Não Circulante		0,00	0,00
Imobilizado de Uso	10	0,00	0,00
Imobilizado de Uso		38.471,14	38.471,14
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(38.471,14)	(38.471,14)
Total Ativo		13.870.232,96	13.552.675,56

PASSIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		956.326,57	1.489.498,06
Outras Obrigações	11	956.326,57	1.489.498,06
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.610,26	1.628,08
Sociais e Estatutárias	11.1	832.583,70	1.359.613,89
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	11.2	11.490,01	11.201,44
Diversas	11.3	66.944,30	76.154,05
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	11.3	42.698,30	40.900,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	12.913.906,39	12.063.177,50
Capital Social	12.1	8.996.118,23	8.380.296,80
De Domiciliados No País		8.996.118,23	8.380.296,80
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Reserva de Sobras	12.2	3.282.880,70	2.747.715,67
Sobras ou Perdas Acumuladas	12.3	634.907,46	935.165,03
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		13.870.232,96	13.552.675,56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMOND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo - Coopertim

4127 - Coopertim

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Sobras/Perdas Líquidas	19	634.907,46	590.863,93
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		634.907,46	590.863,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMOND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

DSP	Notas	1º Sem 2024	1º Sem. 2023
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		1.255.012,25	1.133.126,54
Operações de Crédito	13	1.060.509,53	877.217,51
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez			-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários			-
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos			-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos			-
Resultado das Aplicações Compulsórias			-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	13	194.502,72	255.909,03
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira		(106.777,86)	(3.153,11)
Operações de Captação no Mercado			-
Operações de Empréstimos e Repasses			-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos			-
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos			-
Provisão para Operações de Créditos	14	(106.777,86)	(3.153,11)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		1.148.234,39	1.129.973,43
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(379.901,65)	(378.723,61)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço			-
Rendas (Ingressos) de Tarifas			-
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	15	(233.559,69)	(219.482,58)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	16	(141.966,83)	(153.369,01)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	16	(4.375,13)	(5.872,02)
Resultado de participações em coligadas e controladas			-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	17	1.797,67	2.347,93
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	18	(1.797,67)	(2.347,93)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor			-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos			-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas			-
Resultado Operacional		768.332,74	751.249,82
Outras Receitas e Despesas		0,00	(9.768,00)
Lucros em Transações com Valores e Bens			-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens			-
Outras Receitas			-
Outras Despesas	19	0,00	(9.768,00)
Resultado Antes da Tributação e Participações			741.481,82
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos			-
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos			-
Participações nos Resultados de Empregados			-
Sobras/Perdas Antes das Destinações			741.481,82
FATES			-
Reserva Legal			-

Resultado Antes dos Juros ao Capital		768.332,74	741.482,82
Juros ao Capital	18	(133.425,28)	(150.617,89)
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias	19	634.907,46	590.863,93

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMOND N. CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo - Coopertim
4127 - Coopertim
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	Notas	1º Sem 2024	1º Sem. 2023
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período	19	634.907,46	590.863,93
Ajuste de Exercícios Anteriores			-
Juros ao Capital a Receber			-
Distribuição de Sobras e Dividendos			-
Resultado de Equivalência Patrimonial			-
Participações no Lucro(Sobra)			-
Provisão para Operações de Crédito	14	106.777,86	3.153,11
Provisão de Juros ao Capital	18	133.425,28	150.617,89
Destinações de Sobras			-
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens			-
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais			-
Atualização de depósitos em garantia			-
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado			-
(Ganho)/Perdas por baixas de intangível			-
Depreciações e Amortizações	16	0,00	1007,75
		875.110,60	745.642,68
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			-
Títulos e Valores Mobiliários			-
Relações Interdependências			-
Operações de Crédito		(1.534.777,31)	(563.606,67)
Outros Créditos		(2.097,67)	(58.253,49)
Outros Valores e Bens		(5.957,64)	(11.360,94)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista			-
Depósitos sob Aviso			-
Depósitos a Prazo			-
Outros Depósitos			-
Obrigações por Emissão de LCA			-
Resultado de Exercícios Futuros			-
Relações Interdependências			-
Relações Interfinanceiras			-
Obrigações por Empréstimos e Repasses			-
Outras Obrigações		(666.596,77)	(308.180,22)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		0,00	(278.703,52)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos			-
FATES Sobras Exercício			-
IRPJ			-
CSLL			-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(1.334.318,79)	(474.452,16)
Atividades de Investimentos			

Recebimento Dividendos	-	-
Distribuição Sobras da Central	-	-
Distribuição Sobras da Confederação	-	-
Alienação de Investimento	-	-
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-
Aplicação no Intangível	-	-
Aplicação no Diferido	-	-
Aquisição De Imobilizado de Uso	-	-
Aquisição de investimentos	-	-
Outros Ajustes	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	0,00	0,00
Atividades de Financiamentos		-
Aumento por novos aportes de Capital	568.043,75	458.908,88
Devolução de Capital à Cooperados	(249.461,17)	(281.998,30)
Estorno de Capital		-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(400.000,00)	(300.000,06)
Juros ao Capital à Ex-associados		-
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	-297.238,85	293.073,35
Recuperação de Sobras de Exercícios Anteriores	-	-
Aumento no capital por incorporações	-	-
Aumento nas reservas por incorporações	-	-
Sobras/Perdas por incorporações	-	-
Reversão de Reserva de Expansão	-	-
Aumento aportes em reserva estatutária	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	215.821,43	169.983,87
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.118.497,36)	(304.478,29)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4.499.996,67	4.354.836,42
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3.381.499,31	4.050.358,13
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.118.497,36)	(304.478,29)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMOND N CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7

Eventos	Notas	<u>Capital</u>	<u>Reservas de Sobras</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	Totais
		Capital Subscrito	Fundo de Reserva		
Saldo em 31/12/2022		7.614.908,96	2.430.820,04	778.703,58	10.824.432,58
Ajustes de Exercícios Anteriores					-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores					-
Destinação de Sobras Exercício Anterior					-
Ao FATES				(278.703,52)	(278.703,52)
Outras Destinações					
Constituição de Reservas			200.000,00	(200.000,00)	-
Reversão de Outros Fundos				(300.000,06)	(300.000,06)
Em Conta Corrente do Associado					
Ao Capital					
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					
Constituição de Reservas por Incorporações					
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização		458.908,88			458.908,88
Por Devolução (-)		(218.998,30)			(218.998,30)
Estorno de Capital					
Reversões de Reservas					
Sobras ou Perdas Líquidas				741.481,82	741.481,82
Remuneração de Juros ao Capital				-	
Provisão do Juros ao Capital				(150.617,89)	(150.617,89)
Subscrição dos Juros ao Capital		293.073,35			293.073,35
IRRF sobre Juros ao Capital					
Juros ao Capital - Ex-associados					
IRRF sobre Juros ao Capital Ex-associados					
Movimentação por Incorporações					
FATES - Atos Não Cooperativos					
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios					
Fundo de Reserva					
Outros Fundos Estatutários					
F A T E S					
Saldos em 30/06/2023		8.084.892,89	2.630.820,04	590.863,93	11.306.576,86
Saldos em 31/12/2023		8.380.296,80	2.747.715,67	935.165,03	12.063.177,50
Ajustes de Exercícios Anteriores				-	-
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores					-
Destinação de Sobras Exercício Anterior					-
Ao FATES					-
Outras destinações					-
Constituição de Reservas			535.165,03	(535.165,03)	-
Em Conta Corrente do Associado				(400.000,00)	(400.000,00)
Ao Capital				-	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					-
Movimentação de Capital:					-
Por Subscrição/Realização		568.043,75			568.043,75
Por Devolução (-)		(249.461,17)			(249.461,17)
Estorno Capital		-			-
Reversões de Reservas					-
Sobras ou Perdas Líquidas				768.332,74	768.332,74
Remuneração de Juros ao Capital					
Provisão de Juros ao Capital				(133.425,28)	(133.425,28)
Subscrição dos Juros ao Capital		297.238,85		-	297.238,85
IRRF sobre Juros ao Capital					-
Juros ao Capital - Ex-associados					
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex-associados					

Movimentação por Incorporações
FATES - Atos Não Cooperativos

Saldos em 30/06/2024	8.996.118,23	3.282.880,70	634.907,46	12.913.906,39
----------------------	--------------	--------------	------------	---------------

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMOND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. COOPERTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda - COOPERTIM, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira, fundada em **10/10/1984**, tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **COOPERTIM** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27 de agosto de 2024.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2022.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para a compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados. Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por aplicações na Caixa Econômica Federal agência 1462.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	62.475,78	93.495,93
Aplicações Bancárias (a)	3.319.023,53	4.406.500,74
TOTAL	3.381.499,31	4.499.996,67

a) Referem-se a aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal

5. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2024** e **31 de dezembro de 2023**, as Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

(a) Saldo zerado devido a desfiliação da Coopertim.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	10.632.868,36			9.187.051,51
Financiamentos				
Financiamentos Rurais e Agroindustriais				
Total de Operações de Crédito	10.632.868,36			9.187.051,51
(-) Provisões para Operações de Crédito	(193.590,65)			(175.773,25)
TOTAL	10.439.277,71			9.011.278,26

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2024	Provisões 30/06/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
A	-	Normal						0,00	0,00
A	0,5%	Normal	9.096.287,17			9.096.287,17	45.481,58	8.000.860,04	40.004,29
B	1%	Normal	868.606,40			868.606,40	8.686,03	708.785,33	7.087,85
B	1%	Vencidas	97.197,08			971.07,08	971,07	16.548,17	165,47
C	3%	Normal	296.764,17			296.764,17	8.902,92	157.198,58	4.715,95
C	3%	Vencidas	80.426,66			80.426,66	2.412,78	10.272,10	308,16
D	10%	Normal	7.187,64			7.187,64	718,76	44.733,22	4.473,32
D	10%	Vencidas	11.040,59			11.040,59	1.104,05	66.690,64	6.669,05
E	30%	Normal	14.643,79			14.643,79	4.393,14	55.433,66	16.630,09
E	30%	Vencidas	23.455,70			23.455,70	7.036,72	18.414,86	5.524,48
F	50%	Normal	3.048,39			3.048,39	1.524,26	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	43.639,13			43.639,13	21.819,57	0,00	0,00
G	70%	Normal	0,00			0,00	0,00	23.630,72	16.541,48
G	70%	Vencidas	0,00			0,00	0,00	35.698,15	24.988,70
H	100%	Normal	500,01			500,01	500,01	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	90.039,94			90.039,94	90.039,94	48.664,35	48.664,35
Total Normal			10.287.037,57			10.287.037,57	70.206,70	8.990.641,55	89.452,98
Total Vencidos			345.709,10			345.709,10	123.384,13	196.288,27	86.320,21
Total Geral			10.632.836,67			10.632.836,67	193.590,83	9.186.929,82	175.773,19
Provisões			(193.590,83)			(193.590,83)		(175.773,19)	-
Total Líquido			10.439.245,84			10.439.245,84		9.011.156,63	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	889.938,50	2.440.466,51	7.198.849,84	10.529.254,85
Financiamentos				
Financiamentos Rurais				
Conta Corrente				
TOTAL	889.938,50	2.440.466,51	7.198.849,84	10.529.254,85

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	30/06/2024	% da Carteira
Setor Privado - Comércio					
Setor Privado - Indústria					
Setor Privado - Serviços					
Pessoa Física	10.439.277,71			10.439.277,71	100
Outros					
TOTAL	10.439.277,71			10.439.277,71	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(175.773,25)	(145.876,34)
Constituições	(136.280,70)	(139.189,10)
Reversões	118.463,30	109.292,39
Transferência para prejuízo	0,00	0,00
TOTAL	(193.590,65)	(175.773,25)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	150.831,22	1,44	116.900,31	1,27
10 Maiores Devedores	843.870,23	8,08	757.441,98	8,24
50 Maiores Devedores	2.641.341,11	25,30	2.365.907,63	25,75

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	307.757,77	273.907,78
Valor das operações transferidas no período	132.345,88	170.123,78
Valor das operações recuperadas no período	(38.566,02)	(136.273,79)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	0,00	0,00
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	0,00	0,00
TOTAL	401.537,63	307.757,77

h) Operações renegociadas:

Em **30/06/2024** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$2.327.726,46, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados				
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber				
Outras rendas a receber				
Rendimentos Centralização Financeira - Central				
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	300,00		0,00	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	500,00		500,00	
Devedores por depósitos em garantia (c)	42.698,30		40.900,63	
Impostos e contribuições a compensar	0,00		0,00	
Títulos e créditos a receber (d)	470.040,99		470.040,99	
Devedores diversos – país	0,00		0,00	
(-) Provisões para outros créditos	(470.040,99)		(470.040,99)	
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(470.040,99)		(470.040,99)	
TOTAL	43.498,30		41.400,63	

(a) Refere-se a valores antecipações salariais(R\$300,00).

(b) Refere-se a valores antecipado ao fundo fixo (R\$500,00).

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$8.616,91), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$34.081,39), totalizando (R\$42.698,30).

(d) Do valor contabilizado R\$470.040,99 refere-se a valores a receber da Prefeitura Municipal de Timóteo referente a diversos anos. O desconto em folha dos servidores era enviado, estes descontados nos vencimentos, porém não repassados a cooperativa.

A cooperativa ingressou em juízo, impetrando uma Ação Cautelar contra o Município de Timóteo, a ação transitou em julgado com sentença favorável a COOPERTIM, o processo encontra-se em fase de execução.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2024	Provisões 30/06/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
A	-	Normal						0,00	0,00
A	0,5%	Normal	9.096.287,17			9.096.287,17	45.481,58	8.000.860,04	40.004,29
B	1%	Normal	868.606,40			868.606,40	8.686,03	708.785,33	7.087,85
B	1%	Vencidas	97.197,08			971.07,08	971,07	16.548,17	165,47
C	3%	Normal	296.764,17			296.764,17	8.902,92	157.198,58	4.715,95
C	3%	Vencidas	80.426,66			80.426,66	2.412,78	10.272,10	308,16
D	10%	Normal	7.187,64			7.187,64	718,76	44.733,22	4.473,32
D	10%	Vencidas	11.040,59			11.040,59	1.104,05	66.690,64	6.669,05
E	30%	Normal	14.643,79			14.643,79	4.393,14	55.433,66	16.630,09
E	30%	Vencidas	23.455,70			23.455,70	7.036,72	18.414,86	5.524,48
F	50%	Normal	3.048,39			3.048,39	1.524,26	0,00	0,00
F	50%	Vencidas	43.639,13			43.639,13	21.819,57	0,00	0,00
G	70%	Normal	0,00			0,00	0,00	23.630,72	16.541,48
G	70%	Vencidas	0,00			0,00	0,00	35.698,15	24.988,70
H	100%	Normal	500,01			500,01	500,01	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	90.039,94			90.039,94	90.039,94	48.664,35	48.664,35
Total Normal			10.287.037,57			10.287.037,57	70.206,70	8.990.641,55	89.452,98
Total Vencidos			345.709,10			345.709,10	123.384,13	196.288,27	86.320,21
Total Geral			10.632.836,67			10.632.836,67	193.590,83	9.186.929,82	175.773,19
Provisões			(193.590,83)			(193.590,83)		(175.773,19)	-
Total Líquido			10.439.245,84			10.439.245,84		9.011.156,63	-

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio	-	-	-	-
Despesas Antecipadas (a)	5.957,64	-	-	-
(Provisões para Desvalorizações)	-	-	-	-
TOTAL	5.957,64	-	-	-

09. Investimentos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Participações em cooperativa central de crédito	-	-
(-) integralizações a realizar	-	-
Participações inst financ controlada coop crédito	-	-
Outros Investimentos	-	-
TOTAL	-	-

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	-	
Terrenos	-	-	
Edificações	-	-	
Instalações	5.947,77	5.947,77	
Móveis e equipamentos de Uso	21.980,37	21.980,37	
Sistema de Comunicação	-	-	
Sistema de Processamento de Dados	10.543,00	10.543,00	

Sistema de Segurança		-	
Sistema de Transporte		-	
(-) Total Depreciação Acumulada	(38.471,14)	(38.471,14)	
TOTAL	0,00	0,00	

11. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.610,26		1.628,08	
Sociais e Estatutárias	832.583,70		1.359.613,86	
Fiscais e Previdenciárias	11.490,01		11.201,44	
Diversas	109.642,60		117.054,68	
TOTAL	956.326,57		1.489.498,06	

11.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	776.564,69		1.302.252,89	
Resultado de Atos com não Associados	0,00		0,00	
Cotas de Capital a Pagar (b)	56.019,01		57.360,97	
TOTAL	832.583,70		1.359.613,86	

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Do valor contabilizado R\$832.583,70 (R\$643.138,51 refere-se ao Fates e R\$133.425,28 a dividendos e bonificações a pagar).

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

11.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar				
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros				
Impostos e Contribuições sobre Salários	11.490,01		11.201,44	
Outros				
TOTAL	11.490,01		11.201,14	

11.3 Diversas

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos				
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros				
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	62.944,30		76.154,05	
Provisão para Passivos Contingentes (b)	42.698,30		40.900,63	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	0,00		0,00	
Credores Diversos - País (c)	4.000,00		0,00	
TOTAL	109.642,60		117.054,68	

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, encargos, honorários da diretoria, despesas administrativas e valores a regularizar.

(b) Referem-se a depósito judicial de pis e cofins.

(c) Referem-se a cheque em trânsito.

12. Patrimônio líquido

12.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Capital Social	8.996.118,23	8.380.296,80
Associados	1217	1215

12.2) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

12.2.1) O valor da reserva atual é de R\$3.282.880,70 (sendo R\$3.182.880,70 na conta Reserva Legal e R\$100.000,00 na conta de Reserva Fundo de Contingência, criado em 2024, conforme AGO).

12.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Sobra líquida do 1º semestre: R\$634.907,46.

13. Receitas de operações de credito

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	0,00	0,00
Rendas de Empréstimos	1.048.118,68	868.137,76
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	0,00	0,00
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.390,85	9.079,75
TOTAL	1.060.509,53	877.217,51

14. Despesas de intermediação financeira

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas De Captação	0,00	0,00
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	0,00	0,00
Provisões para Operações de Credito	(106.777,86)	(3.153,11)
Provisões para Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL	(106.777,86)	(3.153,11)

15. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(10.802,81)	(24.107,82)

Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(116.649,14)	(72.349,52)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(24.597,41)	(22.998,31)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(9.867,78)	(30.285,74)
Despesas de Pessoal - Proventos	(71.642,55)	(69.741,19)
TOTAL	(233.559,69)	(219.482,58)

16. Outros dispêndios administrativos

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(3.288,69)	(2.300,41)
Despesas de Aluguéis	(9.239,56)	(6.500,00)
Despesas de Comunicações	(4.714,12)	(3.112,17)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	0,00	0,00
Despesas de Material	(11.346,72)	(8.646,54)
Despesas de Processamento de Dados	(47.707,85)	(47.123,76)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	0,00	0,00
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(200,00)
Despesas de Publicações	0,00	0,00
Despesas de Seguros	(495,30)	(491,88)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	0,00	0,00
Despesas de Serviços de Terceiros	0,00	(1.451,86)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(45.505,78)	(48.903,16)
Despesas Tributárias	(4.375,13)	(5.872,02)
Despesas de Transporte	0,00	0,00
Despesas de Viagem no País	0,00	0,00
Despesas de Amortização	0,00	0,00
Despesas de Depreciação	0,00	(1.007,75)
Outras Despesas Administrativas	(19.668,81)	(33.631,75)
Emolumentos judiciais e cartorários	0,00	0,00
Rateio de despesas da Central	0,00	0,00
Rateio de despesa do Sicoob conf.	0,00	0,00
TOTAL	(146.341,96)	(159.241,03)

17. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	0,00	0,00
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	0,00	0,00
Rendas da Centralização Financeira	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00
Rendas de repasses Delcredere	0,00	0,00
Outras rendas operacionais	196.300,39	258.256,96
Rendas oriundas de cartões de crédito	0,00	0,00
TOTAL	196.300,39	258.256,96

18. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	0,00	,00
Despesas de Provisões Passivas	0,00	0,00
Outras Despesas Operacionais	(1.797,67)	(2.347,93)
Provisão de Juros ao Capital	(133.425,28)	(150.617,89)
Descontos concedidos - operações de crédito	0,00	0,00
Cancelamento - tarifas pendentes	0,00	0,00
TOTAL	(135.222,95)	(152.965,82)

19. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	0,00
Ganhos de Capital	0,00	0,00
Ganhos de Aluguéis	0,00	0,00
Outras Despesas Não Operacionais	0,00	(9.768,00)
Outras Rendas não Operacionais	0,00	0,00
(-) Perdas de Capital	0,00	0,00
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	0,00
Resultado Líquido	634.907,46	590.863,93

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **<2024>**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	0,00	0,00	0,00
TOTAL			
Montante das Operações Passivas	0,00	0,00	0,00

b) Operações ativas e passivas – saldo em **junho/2024**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Crédito Rural	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	219.848,64	1395,86	2,11

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	0,00	0,00	0,00
Depósitos a Prazo	0,00	0,00	0,00

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,5%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	-

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2024	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	2,11%
Credito Rural (modalidades)	-
Aplicações Financeiras	-

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024	
Cobrança Administrativa	0,00
Cobrança Judicial	0,00
Não cobrados	0,00
TOTAL GERAL	0,00

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	0,00
Empréstimo	0,00

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024 (R\$)	
Pessoa Física	0,00
Pessoa Jurídica	0,00
TOTAL DOAÇÕES	

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2024	2023
0,00	0,00

h) No primeiro semestre de <2024> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	10.802,81
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	116.649,14
Encargos Sociais	19.086,30
Plano de Saúde	

i) No decorrer do **primeiro semestre de 2024** houve aquisições no montante de R\$0,00, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

21. Desfiliação da Cooperativa Central

Considerando a desfiliação da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMÓTEO LTDA. – COOPERTIM, DO SICOOB CENTRAL CECREMGE no ano de 2021.

Em 2021, considerando que COOPERTIM tornou-se cooperativa singular independente, foi iniciado processo de implementação de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nos termos dos arts. 61 a 67 da Resolução no 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, além dos requisitos adicionais previstos nos art. 19 a 30 da Resolução no 4.606, de 19 de outubro de 2017.

A partir de 2022, o monitoramento e Gestão de Riscos (Matriz de Riscos); ACIR Centralizado e ouvidoria passou a ser realizado pela própria cooperativa.

22. Gerenciamento de Riscos

A gestão integrada de riscos e de capital abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de gerenciamento de capital.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela cooperativa, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

22.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete a administração da cooperativa a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política de risco de crédito, além do monitoramento das carteiras de crédito.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.606, de 19/10/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2024	2023
-----------	------	------



Patrimônio de Referência	364.217,58	364.217,58
--------------------------	------------	------------

Timóteo, MG, 27 de agosto de 2024

Jose de Araújo Ferreira
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida
Diretor Administrativo

Magda Drumonnd Nunes Castro
Diretora Financeira

Valdenice da Consolação Souza
Contadora
CRC MG-79.571-O-7

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2024 da Cooperativa de Crédito dos Servidores Municipais de Timóteo Ltda – COOPERTIM, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2024 a Coopertim completará 40 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2024, a Coopertim obteve uma sobra bruta de R\$768.332,74 no ano, ficando uma sobra líquida a disposição de assembleia de R\$634.907,46.

3. Ativos

Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal somaram R\$3.381.499,31, por sua vez a carteira de créditos representava R\$10.439.277,71.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2024 o percentual de 13,18% da carteira, no montante de R\$1.376.318,67.

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Coopertim era de R\$364.217,58.

O quadro de associados era composto por 1.297 Cooperados.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Coopertim adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,58% nos níveis de “A” a “C”.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, e está desenvolvendo uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



7. Conselho Fiscal

Eleito a cada biênio na AGO, com mandato até a AGO de 2025, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Agente de Apoio a Ouvidoria, sendo o Ouvidor centralizado no BANCOOB, de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICCOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No 1º semestre de 2024, a Ouvidoria não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da COOPERTIM aderiram em 25/04/2024 ao novo Código de Ética, essa adesão promove a integridade, a transparência e a responsabilidade entre todos os membros e colaboradores da COOPERTIM.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Timóteo, 27 de agosto de 2024

Conselho de Administração

Jose de Araújo Ferreira

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida

Magda Drumonnd Nunes Castro

José Oleni Gonçalves

Raimundo Martins dos Santos

Diretoria Executiva

Jose De Araújo Ferreira

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa E Almeida

Diretor Administrativo

Magda Drumonnd Nunes Castro

Diretora Financeira